

Jobson Ramos Teixeira

**CONTINUIDADE OU DESCONTINUIDADE ENTRE O BELO E O
SUBLIME NA *CRÍTICA DA FACULDADE DE JULGAR* DE KANT**

Áreas de Concentração: Filosofia da Religião e Estética

Orientador: Prof. Dr. Clovis Salgado Gontijo Oliveira

Belo Horizonte
FAJE – Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia
2019

Jobson Ramos Teixeira

**CONTINUIDADE OU DESCONTINUIDADE ENTRE O BELO E O
SUBLIME NA *CRÍTICA DA FACULDADE DE JULGAR* DE KANT**

Monografia apresentada ao Departamento de Filosofia da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Filosofia.

Áreas de Concentração: Filosofia da Religião e
Estética

Orientador: Prof. Dr. Clovis Salgado Gontijo
Oliveira

Belo Horizonte
FAJE – Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia
2019

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus por ter me dado saúde, força e coragem para enfrentar os meus medos e inseguranças diante de tantos desafios.

À FAJE e a todo o seu corpo docente, direção e administração por terem aberto tantas janelas que me ajudaram a perceber a importância da filosofia na minha história.

Aos meus professores e professoras, que desempenharam um papel fundamental na minha visão de mundo, gerando assim um senso crítico mais próximo da realidade.

Em especial ao meu orientador, Professor Clovis Salgado, que me ajudou a encontrar um tema condizente com a minha vida e o meu gosto, além de me abrir os olhos para a contemplação do belo e do sublime.

Aos amigos e às amigas, colegas da FAJE, companheiros e companheiras do Magis BH e companheiros Jesuítas, que me incentivaram a cada dia. A alegria de poder contar com amigos e amigas é fundamental para mim.

Às pessoas que direta ou indiretamente fizeram e fazem parte da minha formação continuada.

*“Uma flor acaso tem beleza?
Tem beleza acaso um fruto?
Não: têm cor e forma
E existência apenas.
A beleza é o nome de qualquer coisa que não
existe
Que eu dou às coisas em troca do agrado que me
dão.
Não significa nada.
Então porque digo eu das coisas: são belas?
Sim, mesmo a mim, que vivo só de viver,
Invisíveis, vem ter comigo as mentiras dos
homens
Perante as coisas,
Perante as coisas que simplesmente existem.
Que difícil ser próprio e não ver senão o visível!”*

(Alberto Caeiro)

RESUMO

Este estudo questiona se haveria uma continuidade ou descontinuidade entre as duas categorias estéticas fundamentais abordadas por Kant na obra *Crítica da faculdade de julgar*, a saber, o belo e o sublime. Partimos de uma revisão inicial dos termos kantianos constantes em suas obras que antecederam a *Crítica do juízo*, para apoiar consistentemente este trabalho. Posteriormente, discorremos sobre os conceitos e definições mais relevantes de cada uma dessas categorias, tanto os apresentados pelo autor, quanto os mencionados pelos comentadores utilizados como apoio. Demos, também, especial atenção aos detalhes que pudessem contribuir para uma definição mais conclusiva. Ao final, concluímos a investigação retomando os pontos nos quais o autor sugere aproximações e distinções entre as categorias, e apresentamos o nosso entendimento acerca disso.

Palavras-chave: Belo; Sublime; Gosto; Imaginação; Entendimento; Razão

ABSTRACT

This monograph intends to verify if there is a continuity or a discontinuity between the two main aesthetic categories examined by Kant in the work *Critique of Judgement*, namely the beautiful and the sublime. The point of departure is an initial revision of the Kantian terms recurrently present in the works that precede the *Critique of Judgement*, in order to provide this monograph with a solid foundation. Later on, it will be discussed the most relevant concepts and definitions regarding both categories, including the ones presented not only by the author, but also by the commentators used as a support for this research. A special attention was also given to the details that could contribute to a more conclusive definition. At the end, the monograph was concluded by a review of the points that, according to the *Critique of Judgement*, points out to some convergences and distinctions between the aforementioned categories, and a final position of the results of the research is presented.

Keywords: Beauty; Sublime; Taste; Imagination; Understanding; Reason.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
1 REVISÃO INICIAL DE CONCEITOS.....	10
1.1 <i>Observações sobre o sentimento do belo e do sublime.....</i>	<i>10</i>
1.2 <i>A primeira Crítica.....</i>	<i>11</i>
1.3 <i>A segunda Crítica.....</i>	<i>11</i>
1.4 Conceitos fundamentais.....	12
1.4.1 Juízo.....	12
1.4.2 Razão.....	13
1.4.3 Entendimento.....	14
1.4.4 Imaginação.....	14
2 ANALÍTICA DO BELO.....	16
2.1 Tentativas históricas de definições do que pode ser belo.....	17
2.2 As classificações das faculdades de julgar.....	17
2.2.1 A faculdade de julgar determinante.....	17
2.2.2 A faculdade de julgar reflexionante	18
2.3 Os quatro momentos da faculdade de julgar.....	18
2.4 O livre jogo entre imaginação e entendimento.....	19
3 ANALÍTICA DO SUBLIME.....	22
3.1 Modalidades do sublime.....	23
3.1.1 Modalidade matemática.....	23
3.1.2 Modalidade dinâmica.....	26
4 APROXIMAÇÕES E DISTINÇÕES ENTRE O BELO E O SUBLIME.....	28
CONCLUSÃO.....	32
REFERÊNCIAS.....	33

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa pretende mergulhar em alguns problemas de *ordem estética* apresentados na *Crítica da faculdade de julgar* de Kant. O autor tem grandes contribuições a respeito do tema e é referência obrigatória em estudos de tal gênero. Para alcançarmos o objetivo deste trabalho será indispensável recorrer às conceituações estéticas kantianas, sobretudo porque o filósofo alemão empreendeu grandes novidades nesse campo. Sua obra é vista como um divisor de águas dentro do âmbito filosófico, e sua importância é indiscutível, pois mais de dois séculos se passaram e muitas de suas ideias ainda são vigentes, apesar de outras terem sido superadas ou sofrido um processo de atualização por outros filósofos.

Nosso trabalho está organizado em quatro capítulos, no primeiro, partiremos de uma breve abordagem da obra *Observações sobre o sentimento do belo e do sublime*, na qual o autor apresenta aproximações e distinções importantes para a nossa compreensão acerca do belo e do sublime, seguida de uma revisão sintética das duas primeiras *Críticas*, nas quais o filósofo formula termos e conceitos que mais tarde serão retomados na *Crítica do juízo*.

Após a apresentação de tais obras estabeleceremos um primeiro contato com os conceitos que serão a base de nosso trabalho. Traremos, por exemplo, o juízo, que, sendo a matriz da filosofia kantiana, nos orientará em todo o nosso percurso, e a razão, especialmente no que se refere à faculdade de julgar, que pode ser reflexionante ou determinante, ou seja, pode ser entendida como uma mera faculdade de refletir a partir de princípios de uma representação ou como uma faculdade de determinar a partir de representações empíricas. Além do juízo e da razão, o entendimento e a imaginação também serão abordados. O entendimento é um elemento de extrema importância, pois ele é, segundo Kant, uma faculdade de distinguir o conhecimento e assim atua como um intermediário ao juízo, enquanto a imaginação, ligada ao entendimento, possibilita a contemplação do belo e, vinculada à razão, possibilita a compreensão do sublime.

No segundo capítulo, seguiremos com as definições do belo conforme as ideias do autor, apresentadas na *Crítica da faculdade de julgar*. Iniciaremos apresentando as tentativas históricas de definições do belo, seguiremos com as classificações das faculdades de julgar (determinante e reflexionante) e concluiremos com o livre jogo entre a imaginação e o entendimento. Para isso nos apoiaremos em alguns comentadores, como Luc Ferry, Howard Caygill, Pablo Oyarzún, Hannah Ginsborg e David Estrada, e outras obras importantes que abordam o tema e, dessa maneira, nos ajudarão numa melhor compreensão. Nesse sentido, podemos citar a posição do filósofo Roger Scruton, que a respeito do belo, em sua obra *Beleza*, afirma:

Quando fazemos um juízo estético, não estamos apenas descrevendo um objeto do mundo: estamos também dando voz a um *encontro*, a uma reunião entre sujeito e objeto em que a reação do primeiro é tão importante quanto as qualidades do segundo. Para compreender a beleza, portanto, precisamos entender um pouco as várias reações que temos diante das coisas em que ela se encontra. (SCRUTON, 2015, p.81).

Quanto ao sublime, Scruton diz:

Quando, porém, num precipício acometido pelo vento, experimentamos a vastidão, o poder e a majestade ameaçadora do mundo natural, percebendo nossa própria pequenez diante dele, falamos do sublime. Essas duas reações nos elevam; ambas nos afastam dos pensamentos utilitaristas que dominam a vida prática cotidiana. Além disso, ambas envolvem o tipo de contemplação desinteressada que Kant viria a tratar como o âmago da experiência estética. (SCRUTON, 2015, p.82).

No terceiro capítulo, que se refere à analítica do Sublime, traremos, assim como no capítulo anterior, as ideias do autor e dos comentadores de apoio e, nos deteremos em especial no que se refere às modalidades do sublime, matemática e dinâmica, sendo esta ligada à força, ao poder, ao temor e ao respeito e aquela mais aproximada a estimação matemática de grandeza, aos números, determinada pela unidade.

No quarto e último capítulo, faremos uma pequena retomada dos assuntos abordados anteriormente e traremos novos elementos de aproximação e distinção entre o belo e o sublime, com o intuito de realizar uma espécie de comparação e separação. Estes elementos nos auxiliarão em nossa conclusão.

A obra estudada foi publicada em 1790 e é a terceira *Crítica* de Kant. Nela o autor dá um lugar de destaque às analíticas do “belo” e do “sublime” e apresenta não somente o conceito de juízo estético, mas também investiga os limites do que pode ser conhecido a partir da faculdade de julgar, tudo isso levando em conta a razão, a memória e os sentimentos e sem colocar o fim no objeto, mas somente no sujeito, com sua faculdade de refletir.

O tema escolhido vai nos permitir uma observação da relação tecida pelo autor especificamente entre o belo e o sublime. O primeiro, numa das definições formuladas por Kant, é compreendido como aquilo que apraz universalmente e não pode ser representado em conceitos. Quanto ao segundo, que se manifesta de modo “matemático” ou “dinâmico” (terminologia herdada de Moses Mendelssohn), este se apresenta como o absolutamente grande ou potente, de modo a ultrapassar os limites das formas sensíveis.

Essa escolha tem como fundamento algumas inquietações a respeito da forma como cada pessoa ou cada povo compreende e vive as dimensões do belo e do sublime em seus lugares de atuação social. Junto a isso, entendemos que a distinção entre o belo e o sublime, apesar de ser bastante explorada em pesquisas de ordem estética e filosófica, ainda deixa lacunas que nos permitem aprofundar e tentar dar uma resposta mais atual a seu respeito.

Além disso, acreditamos que esse tema é de fundamental importância na formação cultural de uma sociedade, como podemos perceber em especial nas questões religiosas, que geralmente se utilizam das manifestações artísticas para compor a sua arquitetura, as suas liturgias e ritos, sempre na tentativa de ensinar sobre o sagrado a partir da experiência estética.

Com isso, queremos expor neste trabalho se há realmente uma possibilidade de continuidade entre o belo e o sublime na *Crítica da faculdade de julgar* de Kant. Para tanto, faremos o percurso mencionado acima, de modo que possamos apresentar primeiramente uma exposição individual das categorias, juntamente com todo o arcabouço conceitual implicado nelas e por fim, tentaremos dar uma resposta pautada em uma investigação das ideias que o autor nos apresentou no caminho.

1 REVISÃO INICIAL DE CONCEITOS

A nossa investigação acerca do *belo* e do *sublime* na *Crítica da faculdade de julgar* de Kant, para chegar a um resultado satisfatório, precisará de uma estrutura conceitual bem consistente. Para tanto, percorreremos algumas de suas obras anteriores na tentativa de elucidar alguns conceitos que são fundamentais para a nossa compreensão. Faremos essa busca em especial nas *Observações sobre o sentimento do belo e do sublime* de 1764, na *Crítica da razão pura* de 1781 e na *Crítica da razão prática* de 1788. Nesse percurso nos atentaremos principalmente a uma breve descrição da obra, trazendo alguns dados relevantes, e aos termos que mais tarde serão abordados em nossa pesquisa.

1.1 *Observações sobre o sentimento do belo e do sublime*

Iniciemos, pois, com as *Observações sobre o sentimento do belo e do sublime* que, sendo um pequeno esboço do que será mais tarde trabalhado na *Crítica do juízo*, já aqui nos dá uma demonstração de uma primeira experiência com o *belo* e o *sublime*, mesmo que com uma concepção ainda não tão embasada ou própria do autor, o que será desenvolvido apenas posteriormente.

Esse pequeno livro teve como interesses principais mostrar pontos importantes de distinção entre o belo e o sublime, ou seja, uma pequena amostra dos objetos referentes a cada categoria, bem como apresentar as qualidades do belo e do sublime no homem, de que modo tal diferença repercute entre os sexos e, por último, quis apontar as características no âmbito das nações, com o interesse de destacar quais sentimentos estavam mais fortes em cada nacionalidade. Certamente nos ateremos no primeiro capítulo do livro, pois é esse o nosso objeto de estudo. O quadro de distinções apresentado por Kant é bastante longo, por isso tomaremos os aspectos mais relevantes.

Nesta obra, o belo é dado como um fenômeno diurno, que nos dá alegria, nos seduz; já o sublime é noturno, demonstra desprezo pelo mundo, comove-nos, tem ar de perplexidade e assombro; o belo pode ser pequeno, ornamentado, concerne a virtudes belas como compaixão e diligência, o sublime já tem que ser dotado de grandeza, deve ser simples, diz respeito a virtudes nobres como benevolência e honestidade. Antes de apresentar todas essas distinções, Kant, já na introdução, advertia que iria tratar de um sentimento refinado da dupla espécie, ou seja, do sentimento do belo e do sublime:

Há ainda um sentimento de espécie mais refinada, assim qualificado, quer porque se pode desfrutá-lo mais demoradamente sem saciedade e extenuação, quer porque, por assim dizer, pressupõe uma sensibilidade da alma, que igualmente a torna apta a movimentos virtuosos, quer porque indica talentos e qualidade do entendimento, como que em oposição àqueles primeiros sentimentos, que podem ocorrer mesmo na completa ausência de pensamento. (KANT, 1993, p.20).

1.2 A Primeira Crítica

A *Crítica da razão pura* é a mais extensa das três e a obra filosófica mais importante de Kant. Na sua primeira parte, intitulada Estética transcendental, são estudadas as formas *a priori* da sensibilidade, quais sejam, o espaço e o tempo, além de responder à pergunta: como é possível um juízo sintético *a priori* na matemática? Já a segunda parte, Lógica transcendental, é subdividida em dois momentos. No primeiro dele, Analítica transcendental, trata das formas *a priori* do entendimento (quantidade, qualidade, relação e modalidade) e responde à questão: como é possível um juízo sintético *a priori* na física? Na segunda divisão, Dialética transcendental, trata das ideias da razão e responde, negativamente à pergunta: é possível um juízo sintético *a priori* na metafísica? Sobre a sua ideia de crítica Kant afirma:

Eu entendo aqui, contudo, não uma crítica dos livros e sistemas, mas sim da faculdade da razão em geral, como vistas a todos os conhecimentos que ela pode tentar atingir *independentemente de toda experiência* e, portanto, a decisão sobre a possibilidade ou impossibilidade de uma metafísica em geral e a determinação, sempre a partir de princípios, tanto das fontes como do começo e dos limites da mesma. (KANT, 2012, p.19).

É nessa crítica que Kant cunha a célebre passagem “Pensamentos sem conteúdo são vazios, intuições sem conceitos são cegas”. (KANT, 2012, p.97). Dessa forma podemos dizer que, para Kant, o nosso conhecimento é, sem dúvidas, empírico e racional, ou seja, deve ser o resultado da intuição sensível (na qual podemos apreender um objeto na experiência) organizada por um conceito do entendimento (no qual pensamos o mesmo objeto já apreendido na intuição sensível).

1.3 A Segunda Crítica

A *Crítica da razão prática* mesmo tendo sido publicada após a *Fundamentação da metafísica dos costumes* de 1785, na qual Kant elabora os imperativos categóricos, tem diálogo direto com a primeira *Crítica*, pois dá continuidade à sua investigação a respeito dos princípios

da moral, estes iniciados na *Fundamentação*. Nesta segunda *Crítica*, Kant averigua as condições de possibilidade para uma moral com pretensões universalistas e retoma também o imperativo categórico, forma de lei moral para uma vontade imperfeita, tomando-o como um fato da razão, ao ter sua liberdade de vontade como essência, essa liberdade vista então como autonomia. “O conceito de liberdade, na medida em que sua realidade é provada por uma lei apodítica da razão prática, constitui agora a *pedra angular* de todo o edifício de um sistema da razão pura.” (KANT, 2016, p.16). Quanto aos imperativos, Kant afirma:

A regra prática é sempre um produto da razão, porque ela prescreve a ação, como meio, em vista do efeito, como propósito. Mas para um ser em que a razão não é unicamente o fundamento de determinação da vontade essa regra é um *imperativo*, isto é, uma regra que é designada pelo verbo “dever”, que expressa a necessidade objetiva da ação e significa que, se a razão determinasse totalmente a vontade, a ação ocorreria infalivelmente segundo essa regra. Os imperativos valem, portanto, objetivamente / e são totalmente distintos das máximas enquanto princípios subjetivos. Mas os imperativos ou determinam as condições da causalidade do ser racional, como causa eficiente, meramente em vista do efeito e da suficiência para produzi-lo, ou determinam apenas a vontade, seja ela suficiente ou não para o efeito. (KANT, 2016, pp.34-35).

1.4 Conceitos fundamentais

Partimos agora para um aprofundamento específico dos conceitos kantianos, que estão presentes tanto nas obras de apoio quanto na obra principal de nosso estudo e serão necessários para a nossa compreensão de seu pensamento do belo e do sublime encontrados na *Crítica do Juízo*. Estes conceitos já presentes nas obras mais antigas de Kant, ganharão corpo e importância dentro das suas abordagens nas *Críticas*.

1.4.1 Juízo

O juízo é a fonte principal de toda a filosofia de Kant, por isso é fundamental para nós iniciarmos esse percurso dos conceitos a partir dele. A natureza da faculdade de julgar é formar juízos e, sobre isso Howard Caygill diz “cada uma das três críticas está orientada para a análise de uma determinada classe de juízo: juízos teóricos em CRP [*Crítica da razão pura*], juízos práticos em CRPr [*Crítica da razão prática*], juízos estéticos e teleológicos em CJ [*Crítica da faculdade de julgar*].” (CAYGILL, 2000, p.205). O próprio Kant já afirmara em outro momento que acreditava num “misterioso poder” que tornaria o “juízo possível” e que, “embora o

entendimento possa ser ensinado e abastecido por meio de regras, a faculdade de julgar é um talento especial que certamente não pode ser ensinado, mas tem de ser exercitado.” (KANT, 2012, p.172), ou seja, não há possibilidade de esse poder ou capacidade de julgar proceder de outra faculdade.

Ainda sobre o juízo, Kant diz na *Crítica da razão pura*: “O juízo é, portanto, o conhecimento mediato de um objeto, portanto a representação de uma representação do mesmo. Em cada juízo há um conceito que vale por muitos, e sob estes muitos ele abarca ainda uma representação dada que, por sua vez, refere-se imediatamente ao objeto.” (KANT, 2012, p.106). Os modos de julgar são distintos entre si, quanto a isso Caygill esclarece que o juízo teórico, por exemplo, tem como pano de fundo um “é ou não é”, o juízo prático um “por que razão algo acontece para este ou aquele fim” enquanto que o juízo estético de gosto tem referência direta no prazer e no desprazer.

Quanto à faculdade de julgar, esta pode ser determinante ou reflexionante, não aprofundaremos esta distinção aqui, pois a explicitaremos no próximo capítulo, quando tratarmos das classificações das faculdades de julgar.

1.4.2 Razão

A razão em Kant é uma faculdade fundamental de julgar, é ela que distingue os seres humanos dos animais, segundo Caygill, “contrariamente ao entendimento, não está vinculada às condições de uma experiência possível mas ‘refere-se sempre e apenas à totalidade absoluta na síntese das condições e só termina no absolutamente incondicionado, ou seja, incondicionado em todos os sentidos.” (CAYGILL, 2000, p.272). Portanto, a razão seria a faculdade de raciocínio silogístico, na qual podemos deduzir uma conclusão, quer dizer, cabe à razão definir o que é ou não apropriado aos seres humanos.

Kant acredita ainda que razão e liberdade podem sustentar-se ou ao contrário arruinar-se mutuamente, no sentido em que é a liberdade que pode ultrapassar os limites impostos pela razão. Quanto a isso Kant afirma:

Pois, no que diz respeito a qual o maior grau em que a humanidade poderia manter-se, e a quão grande é o abismo que necessariamente permanece entre a ideia e sua realização, isso não pode nem deve ser determinado por ninguém, justamente porque é a liberdade que pode ultrapassar cada limite colocado. (KANT, 2012, pp.288-289).

1.4.3 Entendimento

Kant herda parte das suas ideias sobre o entendimento da concepção wolffiana, em especial no sentido de percebê-la como poder geral de representação, porém, acrescenta as suas contribuições, como por exemplo, separando o entendimento (como faculdade) da sensibilidade e da razão, “nós podemos, contudo, reduzir todas as ações do entendimento a juízos e, assim, representar o *entendimento* em geral como uma *faculdade de julgar*.” (KANT, 2012, p.107). De maneira que todos os juízos são funções de unidades em nossas representações, a partir dos quais o entendimento pode ser caracterizado como uma faculdade que deve posteriormente unificar as representações. Kant diz que:

“O entendimento não é, portanto, uma faculdade de intuir. Além da intuição, no entanto, não há nenhum outro modo de conhecer que não por meio de conceitos. O conhecimento de todo entendimento, portanto – pelo menos o do entendimento humano –, é um conhecimento por conceitos, um conhecimento não intuitivo, mas sim discursivo. Todas as intuições, enquanto sensíveis, baseiam-se em afecções; e os conceitos, portanto, em funções. (KANT, 2012, p.106)

Kant, para dar conta de todo esse complexo pensamento, elabora o que chamamos de tábua dos juízos e nela representa esse esquema que vai decompor a própria faculdade do entendimento vislumbrando um exame da possibilidade dos conceitos *a priori*. Essa ideia perdurou com grande influência até o séc. XX como uma ideia original e necessária para muitos estudos, não sem grandes críticas de seus opositores. Nessa tábua, Kant define as classes como quantidade, qualidade, relação e modalidades do juízo. Em síntese:

Se o entendimento é uma faculdade da unidade dos fenômenos por meio de regras, então a razão é a faculdade da unidade das regras do entendimento sob princípios. Assim, ela nunca se refere primeiro à experiência ou a algum objeto, mas ao entendimento, de modo a fornecer os diversos conhecimentos deste, por meio de conceitos, uma unidade *a priori*, que se pode denominar unidade da razão e é de um tipo inteiramente distinto daquela que pode ser produzida pelo entendimento. (KANT, 2012, p.280).

1.4.4 Imaginação

O conceito kantiano de imaginação foi construído a partir de ideias clássicas, sobretudo em sua relação intermediária com a sensibilidade e o entendimento, tendo papel importante também na experiência estética. Kant percorreu um longo caminho até afirmar sua ideia de

imaginação, em sua fase pré-crítica, em sua *Lógica*. Ele acreditava que na relação da imaginação com o entendimento havia efeitos que discordavam com as regras do entendimento e da razão, o que será invertido quase que por completo na *Crítica da razão pura*.

Caygill acrescenta ainda que “na CRP [*Crítica da razão pura*] e na CJ [*Crítica da faculdade de julgar*], a imaginação é situada entre a sensibilidade e o entendimento, e para além de ambos e de si mesma. Essa localização paradoxal pode ser esclarecida pela distinção entre imaginação empírica e produtiva, com a primeira situada entre as outras faculdades e a segunda abrangendo todas elas.” (CAYGIL, 1995, p.189). O ponto mais complexo da imaginação aparece mesmo na *Crítica do juízo*, pois segundo Caygill:

Apresenta-se em §VII da “Primeira Introdução” no contexto da síntese tripla de uma faculdade distinta, a par de juízo e razão. Mas no decorrer da obra, é aprofundada a relação entre imaginação e juízo, já prenunciada em CRP [*Crítica da razão pura*] em termos de síntese. Imaginação e juízo não aplicam meramente as leis do entendimento mas, no juízo reflexivo, inventam e aplicam simultaneamente leis: isto é, sua função não é reprodutiva e imitativa, mas produtiva e original. (CAYGIL, 1995, p.189).

Concluimos esse primeiro capítulo convencidos de que todos os conceitos acima estão como que amalgamados e, de alguma maneira, um só faz sentido em relação ao outro, ou seja, precisamos de todos eles para garantir o conhecimento.

2 ANALÍTICA DO BELO

O belo é um dos principais problemas da estética e, dentro desse contexto, sempre teve um lugar de destaque nas discussões entre os muitos pensadores, filósofos e artistas, que ao longo da história tentaram, de muitas formas, encontrar os critérios ou propriedades necessárias para definir o que poderia ser belo ou não. Kant seguiu um caminho novo dentro dessa discussão e inaugurou uma perspectiva que está pautada no que chamará de gosto, como se verifica em todo o percurso do capítulo referente a analítica do belo na obra estudada.

O filósofo Marc Jimenez nos ajuda a ter uma compreensão importante sobre o julgamento do belo em Kant, afirmando que “o julgamento sobre o belo, próprio de cada um, subjetivo e particular, é ao mesmo tempo um julgamento universal e objetivo” (JIMENEZ, 1999, p. 117). Portanto, para uma boa compreensão do que pode ser entendido como belo em Kant, caminharemos junto às suas definições mais importantes, que foram cunhadas especialmente para estabelecer que belo só pode ser aquilo que é representado sem conceitos.

2.1 Tentativas históricas de definições do que pode ser belo

Conforme o filósofo Luc Ferry, no final do século XVIII foram dadas três grandes respostas para tentar definir os critérios do que é belo. A primeira, representava o classicismo francês e foi concebida como uma herança do racionalismo cartesiano. Tinha como fundamento que a beleza era nada mais que a expressão da verdade, desse modo, muitos artistas seguiram construindo suas obras numa perspectiva de quem deveria desvelar o belo que já havia em um objeto e não inventar algo novo.

O compositor e teórico Rameau, por exemplo, elabora suas obras musicais especialmente fundado na matemática, criando assim uma teoria perfeitamente racionalista da harmonia. Nessa perspectiva, o belo se fundamenta em critérios racionais, teóricos, como razões numéricas, ordem e proporção, percebidos muitas vezes de modo inconsciente pelo receptor (Leibniz), mas cuja beleza apreendida pela sensibilidade poderia ser posteriormente explicada e até mesmo mensurada. Assim, na resposta racionalista, haveria uma necessária continuidade entre o belo sensível e o plano teórico.

A segunda resposta, que se encaixa mais no âmbito “materialista”, é por sua vez herdeira do empirismo inglês e vai inteiramente na contramão da resposta anterior, pautando-se na seguinte posição: “a beleza não é absolutamente a ilustração de uma ideia verdadeira, de uma verdade da razão, mas, ao contrário, reside em objetos bastante concretos que, de modo muito

material, deleitam nossos órgãos sensoriais” (FERRY, 2012, p. 139.). Nesse sentido, compreende-se que, partindo do pressuposto de que as pessoas, na maioria das vezes, são constituídas pelos mesmos órgãos sensoriais, então, não devemos nos surpreender se o belo agrada quase que universalmente, levando em conta somente que algumas pessoas têm alguns órgãos mais bem treinados que outras e por isso se dão algumas diferenças no entendimento do que é belo.

A terceira e última resposta apresentada não poderia ser outra a não ser a de Kant que, segundo o filósofo francês contemporâneo, “lançará as bases de uma concepção do gosto que ultrapassará essa oposição do racionalismo e do materialismo para fundar o essencial das teorias do gênio, retomadas pelo romantismo” (FERRY, 2012, p.140). Nessa nova visão, o belo nem pode ser associado somente ao que é verdadeiro, como queriam os clássicos, nem ao agradável, como queriam os empiristas, mas residiria justamente numa “discutibilidade” do gosto que, conforme já comentamos, tornar-se-á o centro dos pensamentos de Kant a respeito do belo.

2.2 As classificações das faculdades de julgar

Kant inicia a sua investigação sobre o belo afirmando que o juízo de gosto é estético. Mesmo sabendo que gosto para o autor é a faculdade de julgamento do que pode ser belo, continuamos com o problema em aberto, pois, na sequência da explicação sobre gosto, Kant diz que, para podermos denominar belo um objeto, é necessário que se faça uma análise dos juízos de gosto, que o autor classifica como pertencentes à faculdade de julgar reflexionante, distinta da faculdade de julgar determinante relativa à razão teórica. Entenderemos melhor essa distinção com a exposição que segue.

2.2.1 A faculdade de julgar determinante

A faculdade de julgar *determinante* é aquela que toma os casos particulares e os coloca sob regras universais. Segundo o filósofo Marc Jimenez, isso se dá quando colocamos casos particulares sob regras universais, e, assim, a faculdade de julgar determinante pode ser compreendida como “exemplificações de leis e de princípios universalmente válidos em lógica, matemática ou em física” (JIMENEZ, 1999, p. 120). Ou seja, determinar aqui tem o sentido de subsumir, colocar algo sob uma regra universal, entendido então como universal e necessário.

2.2.2 A faculdade de julgar reflexionante

Ao contrário da faculdade de julgar *determinante*, a faculdade de julgar *reflexionante* ocorre quando da tentativa de transformar em regra universal aquilo que até então seria particular, sendo, portanto, um juízo particular e contingente. A faculdade em questão baseia-se em “(...) um certo princípio sobre uma dada representação, com vistas a um conceito assim tornado possível” (KANT, 2016, p. 27). Marc Jimenez afirma que esta faculdade de julgar “diz respeito, prioritariamente, ao funcionamento do espírito, do sujeito. Sou *eu* quem julga a rosa bela: a beleza não está contida no objeto, eu lha atribuo: “Esta rosa é bela”, ou então eu a qualifico: “É uma bela rosa” (JIMENEZ, 1999, p. 121). Afirma ainda que:

O juízo teleológico, o que tem por objeto a finalidade, é igualmente um juízo reflexionante: a finalidade, de fato, não é uma propriedade nem uma qualidade do objeto. Sou realmente *eu*, enquanto sujeito, quem procura determinado fim de todas as coisas. O domínio do conhecimento, regido pela causalidade e pelo determinismo, não coloca o problema da finalidade. Simplesmente porque num encadeamento causal – qualifiquemo-lo como automático ou mecânico – a finalidade não existe. Naturalmente, posso interrogar-me sobre a finalidade do próprio mecanismo – para que servem a ciência, a física, a matemática? – mas este é um problema metafísico que me ultrapassa, e que meu entendimento não pode resolver. Além disso, a causalidade é uma categoria *a priori* do entendimento, não a finalidade. (JIMENEZ, 1999, p. 121).

2.3 Os quatro momentos da faculdade de julgar

Além disso, esses mesmos juízos são classificados em quatro momentos, seguindo as classes organizadoras das categorias do entendimento (qualidade, quantidade, finalidade e modalidade), citadas no primeiro capítulo do trabalho. No primeiro, referente à *qualidade*, Kant trata especialmente das questões ligadas à satisfação, desvinculando a satisfação com o agradável e com o bom, entendidas pelo autor como ligadas ao interesse da satisfação que determina o juízo de gosto que, por sua vez, é completamente desinteressada, afirmando dessa maneira que o objeto desta última satisfação é justamente o belo. Marc Jimenez resumiria isso da seguinte forma: “O homem chama *agradável* o que lhe traz prazer, *bom* o que estima ou aprova, *belo* o que lhe agrada. Ora, de todos os tipos de satisfação, somente a do gosto pelo belo é desinteressado e livre: nenhum interesse, nem dos sentidos, nem da razão coage o assentimento.” (JIMENEZ, 1999, p. 128).

No segundo momento, referente à *quantidade*, Kant trata do belo como objeto de satisfação universal subjetiva, dizendo também que o julgamento do objeto precede o prazer,

concluindo que o objeto belo é aquele representado sem conceito. Em outras palavras, podemos dizer que a universalidade do juízo de gosto ocorre quando pensamos assim: sabendo que a satisfação provocada pelo belo é isenta de qualquer interesse, independente de quaisquer inclinações e conceitos determinados, ela deve ser sentida como igualmente bela por todos os observadores de tal objeto de beleza.

No terceiro momento do juízo de gosto, referente à *relação* dos fins que é nele tomada em consideração, o filósofo vai tomar a forma da *finalidade* (o modo de representar um objeto) como um pressuposto da beleza, afastando o juízo de gosto puro dos atrativos e emoções, mostrando também a sua independência do conceito de perfeição até chegar a um ideal de beleza no qual a forma da finalidade de um objeto possa ser percebida sem a representação de um fim.

No quarto e último momento, referente à *modalidade* da satisfação com o objeto, Kant vai percorrer um caminho para tentar justificar o belo como algo que se experimenta, sem conceitos, em uma relação *necessária* à satisfação, sem ter porém uma necessidade objetiva ou prática, mas somente exemplar, “(...) uma necessidade do assentimento *de todos* a um juízo que é considerado como exemplo de uma regra universal que não pode ser fornecida” (KANT, 2016, p. 133). O filósofo Marc Jimenez nos ajuda a compreender melhor o juízo de gosto como uma faculdade de julgar *a priori*:

E Kant chega à definição explícita do tão procurado *a priori*, isto é, ao fundamento do assentimento universal que no início não quisera revelar: “O gosto é, portanto, a faculdade de julgar *a priori* a comunicabilidade dos sentimentos ligados a uma dada representação (sem mediação de um conceito). Portanto, contrariamente às aparências, o juízo de gosto, juízo reflexionante, subjetivo, particular, individual, é também um juízo estático, sintético, *a priori*. É sintético porque do conceito de rosa não posso deduzir sua beleza: é de fato meu juízo de gosto que faz a síntese entre o sujeito (rosa) e o predicado (bela). Ele existe *a priori*, porque está baseado na hipótese de um senso comum, não demonstrável empiricamente. (JIMENEZ, 1999, pp. 125-126).

2.4 O livre jogo entre imaginação e entendimento

A respeito do livre jogo entre imaginação e entendimento, conceitos ligados ao belo, Kant diz haver a necessidade de um pressuposto de que temos um sentido comum pelo qual podemos entender o livre jogo de nossas faculdades cognitivas, assim, os conhecimentos e os juízos, para que sejam realmente conhecidos devem ser universalmente comunicáveis, ou seja,

ele entende que a imaginação e o entendimento funcionam como dois motores de um livre jogo que se articulam entre si para poder desenvolver o conhecimento. O filósofo explicita que:

Isso sempre acontece, de fato, quando um objeto dado ativa a imaginação, através dos sentidos, para combinar o diverso, e a imaginação, por seu turno, ativa o entendimento para colocar esse diverso sob uma unidade em conceitos. Mas essa concordância das faculdades cognitivas tem uma proporção diferente conforme a diferença dos objetos que são dados. (KANT, 2016, p.135).

Kant diz ainda que seria contraditório considerar uma autonomia na imaginação, pois somente o entendimento dá a lei, ou seja, se a imaginação for forçada, por assim dizer, a proceder sobre um objeto a partir de leis determinadas, isso nos diz que a satisfação obtida nesse caso é com o bom e de forma nenhuma com o belo, e o juízo não se dará através do gosto. “Assim, é somente uma legalidade sem leis, e um acordo subjetivo da imaginação com o entendimento (sem um acordo objetivo) (...) que podem coexistir com a livre legalidade do entendimento (que também pode ser denominada finalidade sem fins) e com a peculiaridade de um juízo de gosto”. (KANT, 2016, p. 137).

O filósofo Roger Scruton, em sua obra *Estética da arquitetura*, diz que Kant pode ter sido o primeiro a dar um lugar adequado à relação entre experiência e conceito, dando o nome de imaginação a essa faculdade. O também filósofo e professor Pablo Oyarzún, em sua obra *Razón del extasis*, afirma que a imaginação em Kant tem uma função sintetizadora muito importante e diz ainda que: “Ele não faz mais que incentivar a pergunta pela significação *transcendental* que haveria de conceder a este fator, e esta pergunta resulta decisiva se se pensa que a imaginação é, em Kant, a faculdade da temporalidade.” (OYARZÚN, 2010, p.99, tradução nossa).

Para elucidar a questão do processo de composição necessário para a representação de uma determinada grandeza, Kant afirma que:

A imaginação avança por si mesma ao infinito, sem que nada lhe atrapalhe o caminho, no processo de composição que é requerido para a representação de uma grandeza; o entendimento, porém, a conduz por meio de conceitos numéricos para os quais ela tem de fornecer o esquema; e nesse procedimento, enquanto pertencente à estimação lógica de grandeza, há, com efeito, algo objetivamente conforme a fins segundo o conceito de um fim (tal como toda medição o é), mas nada conforme a fins ou aprazível para a faculdade de julgar estética.” (KANT, 2016, p.150).

Concluimos esse ponto com a importante colaboração da pensadora Hannah Ginsborg, que nos diz que essencialmente, o livre jogo, a partir do pensamento kantiano, se manifesta em uma “lei livre” ou num “regime de leis sem lei”, para tanto ela diz:

Kant descreve a imaginação e o entendimento nesse “livre jogo” como harmonizando livremente, sem que a imaginação esteja restringida pelo entendimento como está no caso da cognição. A imaginação no livre jogo, ele diz, conforma as condições gerais pela aplicação de conceitos a objetos que são apresentados aos nossos sentidos, ainda sem qualquer conceito particular sendo aplicado, de modo que a imaginação conforma as condições do entendimento sem a restrição de conceitos particulares. (GINSBORG, 2014, p. 21, tradução nossa).

3 ANALÍTICA DO SUBLIME

Assim como o belo tem um papel fundamental dentro do campo de discussões da estética kantiana, cabe também ao sublime um espaço importante nesse contexto, justificando-se o lugar de destaque dado por Kant ao problema no segundo livro da *Terceira Crítica*. É justamente nesse livro que nos deteremos para apresentar o pensamento do autor acerca do sublime e nos apoiaremos também em alguns comentadores de sua obra, como Pablo Oyarzún e David Estrada Herrero, que nos ajudarão a melhor compreender suas ideias.

Como ponto de partida, queremos apresentar as principais definições do sublime dentro da *Crítica da faculdade de julgar* de Kant e, posteriormente, trabalharemos as suas divisões que permitirão um aprofundamento do sentido da sublimidade. Junto às definições apresentadas e à tentativa de organizar o tema, localizaremos também alguns pontos de distinção entre o sublime e o belo, pontos que servirão de apoio para a nossa conclusão sobre a continuidade ou não entre as categorias estéticas estudadas.

Na primeira definição que o filósofo apresenta em sua analítica do sublime, podemos perceber que há uma distinção no entendimento do que é grande e de ser uma grandeza. Sobre isso Kant afirma que:

Denominamos *sublime* aquilo que é *absolutamente grande*. Ser grande, porém, e ser uma grandeza, são dois conceitos diferentes (*magnitudo e quantitas*). Do mesmo modo, *simplesmente (simpliciter)* dizer que algo é grande é inteiramente diferente de dizer que algo é *absolutamente grande (absolute non comparative magnum)*. O último é *algo que é grande além de qualquer comparação*. (KANT, 2016, 144).

Essa primeira afirmação nos leva a refletir o sublime a partir daquilo que é incomparavelmente, ou seja, absolutamente grande, característica referente, como veremos, ao sublime matemático. Portanto, para que tal objeto ou coisa nos ofereça um sentimento de sublimidade não é necessário que o mesmo traga consigo uma forma determinada, determinação que poderia inclusive impedir o movimento próprio à elevação do sublime, mas é necessário que traga uma satisfação universalmente comunicável dotada de qualidade específica. O filósofo chileno Pablo Oyarzún afirma sobre isso que “o termo “sublime” designa, então, a experiência que o sujeito faz de si mesmo – de sua originária disposição e destinação – a propósito de certos objetos e eventos da natureza.” (OYARZÚN, 2010, p.89, tradução nossa). Essa satisfação se dará no uso da nossa faculdade do conhecimento, que nos aponta a consciência de uma finalidade subjetiva, sem, porém, se deter numa satisfação com o objeto,

como acontece no belo, mas que resulta de uma ampliação da nossa imaginação em si mesma. Ainda dentro dessa mesma ideia, Kant diz que:

Se, no entanto, denominamos algo não apenas grande, mas simples e absolutamente grande, grande em todos os sentidos (para além de qualquer comparação), isto é, sublime, vê-se logo que não admitimos procurar um padrão de medida a ele adequado fora dele, mas apenas nele mesmo. Trata-se de uma grandeza que só é igual a si mesma. Que não se possa, portanto, procurar o sublime nas coisas da natureza, mas apenas em nossas ideias, é algo que se segue disso; quanto a saber, porém, em quais ideias ele reside, para isso se deve esperar a dedução. (KANT, 2016, 146).

Nesse sentido, podemos compreender dois pontos importantes, primeiro: o sublime pode ser entendido como algo absolutamente grande, que só encontra uma medida em si mesmo, não podendo ser comparado a outra coisa; segundo: o sublime não é um objeto que possa ser encontrado na natureza (o sublime não pode ser objetificado), mas simplesmente algo que pode ser vislumbrado em nossas ideias, ainda que desencadeado por intuições de certos fenômenos privilegiados. Assim esclarece Oyarzún em seu estudo sobre o sublime:

Uma magnitude que somente é igual a si mesma, é uma magnitude cuja única medida é o *pensamento* dessa mesma magnitude; o que equivale dizer que o absolutamente grande é o pensamento do grande, isto é, o próprio pensamento como capacidade de pensar o grande absoluto ou, para dizer evocando os termos de Pseudo-Longino, o *grande pensamento*. (OYARZÚN, 2010, p.96, tradução nossa).

3.1 Modalidades do sublime

Seguiremos com a apresentação das duas modalidades, que segundo Kant são necessárias para a análise do sublime, procedimento que não adota ao tratar do belo. Tais modalidades têm a importância fundamental de apresentar uma visão de movimento da mente para o julgamento do objeto. A primeira divisão nos apresenta uma disposição matemática da imaginação e a segunda divisão uma disposição dinâmica.

3.1.1 O sublime matemático

Conforme vimos nos parágrafos anteriores, o sublime é entendido como algo absolutamente grande, dessa forma, mesmo sabendo que esse sublime não pode ser medido ou comparado com outro objeto, precisamos mensurar essa grandeza de alguma maneira que seja

possível apreender tal movimento em nosso entendimento. É nesse sentido que Kant nos apresenta o sublime matemático, dizendo que “só podemos obter conceitos determinados do *quão grande* algo é através de números (ou, em todo caso, de aproximações por sequências numéricas que avançam ao infinito), e a medida destes é a unidade; e, portanto, toda estimação lógica da grandeza é matemática.” (KANT, 2016, p.147). Com isso, podemos afirmar que a estimação de uma grandeza só pode ser captada através de uma intuição e empregada em uma exposição de conceitos numéricos a partir da nossa imaginação, ou seja, em última instância, toda estimação de grandeza dos objetos da natureza é estética, pois é determinada de forma subjetiva e não objetiva.

É importante observar que para a natureza estética é possível vislumbrar o infinito no poder dos números, algo que não acontece na estimação matemática de grandeza. Dessa forma, um objeto que, em relação ao sujeito que o julga, não apresenta nenhuma medida subjetivamente maior, traz consigo a ideia de sublime e suscita por sua vez, uma emoção que não pode ser exprimida por uma estimação matemática de grandeza. Kant afirma acerca disso:

O infinito, porém, é grande absolutamente (não de maneira meramente comparativa). Comparado a ele, todo o resto (da mesma espécie de grandezas) é pequeno. Mas – e isto é o mais importante – poder simplesmente pensá-lo como *um todo* indica uma faculdade da mente que ultrapassa todo padrão de medida dos sentidos. Para tal seria exigida uma compreensão que fornece, como unidade, um padrão de medida com uma relação determinada ao infinito, passível de ser dada em números – o que é impossível. (KANT, 2016, 151).

Segundo Kant, para que possamos assumir de maneira intuitiva um *quantum* na imaginação, podendo dessa forma aplicá-lo como uma medida ou, como uma unidade, na estimação de grandeza a partir de números, é necessário que se produza duas ações dessa mesma faculdade, a saber: a *apreensão* (*apprehensio*), a mais simples das duas, que pode continuar ao infinito, e a *compreensão* (*comprehensio aesthetica*), que por sua vez é mais complexa, pelo fato de esbarrar num limite à medida que a apreensão avança. Quer dizer, enquanto a apreensão de algo avança na intuição sensível num sentido ilimitado, a compreensão alcança o seu limite máximo no momento em que as primeiras representações parciais apreendidas de tal objeto vão sumindo da imaginação para dar lugar às outras representações que vão surgindo.

Podemos esclarecer esse problema tomando o exemplo dado por Kant sobre as afirmações que Savary apresenta em suas notícias sobre o Egito. Segundo Savary, para que se possa sentir toda a emoção estética presente nas pirâmides, não se pode chegar muito próximo delas, nem tampouco, se pode ficar demasiado longe, pois caso se fique muito perto, o sistema

da visão necessitará de algum tempo para apreender o que consta da base até o topo, dessa forma, quando se chegar ao topo, a imaginação já terá descartado parcialmente o que foi apreendido primeiro e, com isso, nunca se chegará a uma compreensão completa. Caso se fique muito distante, as partes apreendidas, como a sobreposição das pedras, será representada apenas obscuramente e essa representação não produzirá qualquer efeito no juízo estético do sujeito, causando assim um total prejuízo na apreciação.

Mais acima nós vimos que os objetos constantes na natureza não são por excelência sublimes, mas que possuem uma grandeza capaz de ser apreendida a partir de uma natureza estética, qual seja, a imaginação. Agora afirmaremos que a natureza é, sim, de certo modo sublime, no momento em que ela traz em seus fenômenos intuições de ideias de infinitude, mas, segundo Kant, isso só pode acontecer no momento em que até mesmo o máximo esforço de nossa imaginação se mostrar insuficiente na estimação de grandeza de algum objeto. Junto a isso o autor afirma:

Na estimação matemática de grandeza, porém, a imaginação está à altura de qualquer objeto, sendo capaz de dar a ele uma medida adequada porque os conceitos numéricos do entendimento podem, por progressão, tomar qualquer medida adequada a qualquer grandeza dada. É na estimação *estética* de grandeza, portanto, que se sente o esforço de compreensão que ultrapassa a faculdade da imaginação de conceber a apreensão progressiva em um todo da intuição, e que, ao mesmo tempo, é percebida a incapacidade dessa faculdade, ilimitada em sua progressão, para encontrar, com o mínimo esforço do entendimento, uma medida fundamental adequada à estimação de grandeza, e para nisso empregá-la. Agora, a medida fundamental imutável que é própria à natureza é o seu todo absoluto, que nela, como fenômeno, é a infinitude compreendida. (KANT, 2016, 152).

Com isso, compreendemos que esse conceito de medida fundamental, sendo contraditório, nos leva a pensar que aquela grandeza da natureza, à qual nem a imaginação consegue compreender por completo, deve conduzir o conceito de natureza a um substrato suprassensível, “o qual é grande para além de qualquer padrão de medida dos sentidos e, portanto, permite julgar *sublime* não tanto o objeto, // mas antes a disposição mental na estimação do mesmo.” (KANT, 2016, p.152). Portanto, a verdadeira sublimidade, não constante no objeto, só poderia ser buscada na mente daquele que o julga e o sentimento de sublimidade na natureza agora acompanha um respeito, mesmo que confuso, entre o objeto e a ideia de humanidade no próprio sujeito, que é pautado pela nossa própria destinação. Em outras palavras, compreendemos a destinação racional de nossas faculdades cognitivas como superiores à maior faculdade da sensibilidade.

Desta forma, na medida em que intuimos uma inadequação da imaginação na estimação estética de grandeza em comparação com a estimação pela razão, temos o sentimento de sublimidade como um sentimento de desprazer, e na medida em que temos uma concordância entre esse juízo, a respeito da inadequação da maior faculdade sensível, teremos um sentimento de prazer. “É justamente por isso, contudo, que o próprio juízo estético se torna subjetivamente conforme a fins para a razão enquanto fonte das ideias, isto é, uma compreensão intelectual para a qual todo estético é pequeno; e o objeto; e o objeto é assumido como sublime com um prazer que só é possível por meio de um desprazer.” (KANT, 2016, pp. 156-157).

Conforme visto no capítulo anterior, Kant desenvolve um pensamento que relaciona a imaginação e o entendimento como elementos de um “livre jogo” para assim possibilitar o conhecimento sobre o belo. No âmbito do sublime essa relação é modificada, pois o filósofo traz a razão como elemento ligado à imaginação afirmando que:

Assim, do mesmo modo como, no julgamento do belo, a faculdade de julgar estética relaciona a imaginação, em seu livre jogo, ao *entendimento*, para entrar em acordo com os seus *conceitos* em geral (sem determinação dos mesmos), a mesma faculdade, no julgamento de uma coisa como sublime, é relacionada à *razão*, para entrar em acordo subjetivo com as *ideias* desta (não determinadas), isto é, para produzir uma disposição mental conforme e compatível com aquela que a influência de determinadas ideias exerceria (de modo prático) sobre o sentimento. (KANT, 2016, pp. 152-153).

No entanto, cabe ressaltar, como veremos no quarto capítulo, que a relação entre a imaginação e a razão estabelecida no sentimento do sublime não é tratada por Kant como um “jogo”, dadas as feições mais graves próprias ao sublime, caracterizado não por um prazer “puro”, como o belo, mas por uma espécie de “prazer negativo”.

3.1.2 O sublime dinâmico

O sublime dinâmico é a segunda modalidade da sublimidade que Kant nos apresenta em sua *Crítica da faculdade de julgar*. Nessa modalidade, o poder é dado como uma faculdade dominante e importante para determinar algo sublime, pois segundo o autor: “O *poder* é uma faculdade que é superior a grandes obstáculos. O poder se chama *violência* quando também é superior às resistências daquilo que possui poder. A natureza, considerada no juízo estético como um poder que não exerce violência sobre nós, é *dinamicamente sublime*.” (KANT, 2016, p.157). A esse respeito, o filósofo espanhol David Estrada endossa o pensamento kantiano afirmando que: “No juízo estético, a natureza considerada como *força* suscita a questão do

sublime dinâmico. O sublime dinâmico é o sentimento de uma grande força natural que não tem poder sobre nós.” (ESTRADA, 1988, p.659, tradução nossa).

Dessa forma, a natureza, para que seja validada por nós como dinamicamente sublime, deve suscitar o temor (ainda que nem todo objeto que desperte temor deva ser entendido como sublime no juízo estético kantiano), pois no julgamento estético, somente segundo a grandeza da resistência, a superioridade sobre os obstáculos pode ser julgada. Ou seja, podemos considerar um objeto temível, no entanto, sem termos medo diante dele, colocando somente no pensamento nossa resistência contra ele, sabendo-se desde o princípio ser esta totalmente em vão. Assim, Kant afirma que o virtuoso teme a Deus sem ter medo dele. Portanto, quem tem medo não pode julgar o sublime, da mesma forma que quem está tomado por inclinações e apetites não pode julgar o belo.

Vale ressaltar que o temor e o respeito são atitudes profundamente ligadas à estética religiosa e que a aplicação do sublime ao religioso, pela categoria do numinoso, será mais tarde elaborada por Rudolf Otto, eminente teólogo e filósofo alemão. Acerca disso David Estrada afirma:

Assim como a teologia cristã se torna doutrina do “numinoso” - com os sentimentos de amor e temor sagrados que ele supõe -, a estética cristã é uma doutrina do sublime, expressiva de um sentimento peculiar da beleza acompanhado de profundo temor. Para os autores cristãos, já não são sublimes o mar, o sol ou o monte de fogo, como o eram em Longino, senão a divindade em sua altitude inacessível, em sua profundidade insondável e em seu caráter *totaliter aliter*. (ESTRADA, 1988, p.639, tradução nossa).

Tampouco neste contexto podemos afirmar que a sublimidade esteja contida nas coisas da natureza, repousando, sim, em nossa mente. O poder da natureza pode apenas desafiar a nossa força e nos fazer conscientes de que podemos ser superiores à natureza em nós e também àquela que está fora de nós. Dessa maneira, no momento em que passamos a ter um respeito interno por algo, que se apresenta como sublime na natureza, não pelo seu poder, mas especialmente pela faculdade de julgá-la constante em nós, passamos a nos pensar como mais sublimes que ele. Destacamos então que, enquanto o sublime matemático está pautado nas dimensões da extensão, o sublime dinâmico se ocupa com o poder, capaz de expressar por outra via o excesso ontológico da mente.

4 APROXIMAÇÕES E DISTINÇÕES ENTRE O BELO E O SUBLIME

Após esse itinerário no qual tivemos a oportunidade de conhecer mais profundamente as características relacionadas por Kant e seus comentadores acerca do belo e do sublime, faremos aqui um apanhado geral dos pontos identificados na obra estudada, a fim de verificar o propósito condutor deste trabalho, isto é, se haveria uma relação de continuidade ou descontinuidade entre as categorias estéticas examinadas. Para tanto, será necessário retomarmos alguns pontos específicos, em especial aqueles que apresentam aproximações ou distinções entre as categorias.

Iniciemos então com os pontos de semelhança reconhecidos pelo autor. Nas *Observações sobre o sentido do belo e do sublime*, Kant diz que as comoções produzidas pelas duas categorias são agradáveis, ou seja, “expressam primariamente a aprovação do emissor [do juízo estético]” (OYARZÚN, 2003, p.87), porém, são elaboradas a partir de maneiras bem distintas. Posteriormente, na *Crítica da faculdade de julgar*, o autor retoma essa posição, acrescentando que:

O belo coincide com o sublime em que ambos aprazem por si mesmos. Além disso, ambos pressupõem não um juízo dos sentidos ou um juízo lógico-determinante, mas um juízo de reflexão, e, conseqüentemente, a satisfação não depende de uma sensação, como no agradável, nem de um conceito determinado, como na satisfação com o bom; apesar disso, ela é relacionada a conceitos, ainda que indeterminados, e, assim, se conecta à mera exposição ou à faculdade de exposição. (KANT, 2016, p.140).

Antes de entrarmos nas distinções, apresentaremos ainda algumas descrições apontadas por Kant acerca de cada uma das categorias. Seguimos nas *Observações sobre o sentido do belo e do sublime*, pois aqui ele apresenta uma vasta lista de características. O belo, por exemplo, é descrito como aquilo que proporciona uma sensação agradável, alegre, jovial, apresenta bom humor, inspira amor, tem leveza e graça, pode ter dimensões pequenas e é predominante na mulher, ou seja, tem aspecto feminino. Já o sublime pode ser observado na seriedade, no assombro, na simplicidade, inspira respeito, reverência e estima, manifesta-se, sobretudo, na idade avançada, provoca sentimento de admiração silenciosa e é predominante no homem.

Juntamente às características acima citadas o autor nos dá alguns exemplos do que pode representar cada uma das categorias. O belo, segundo ele, pode estar num prado florido, em vales e riachos, em jardineiras de flor, em árvores recortadas em forma de figuras, em palácios

de verão etc. Por outro lado, o sublime pode ser vislumbrado em uma montanha de picos nevados, assim como em furiosas tempestades, em pirâmides e até na Igreja de São Pedro em Roma. Já aqui podemos perceber algumas diferenças entre o belo e o sublime, pois os objetos relacionados demonstram grande distanciamento em questões de volume, forma, natureza e etc.

Partiremos agora para a investigação das diferenças entre as categorias e perceberemos que não são poucas. Ainda nas *Observações sobre o sentido do belo e do sublime*, e aqui encerraremos o seu uso, Kant diz: “É necessário ao sublime ser sempre grande, o belo também pode ser pequeno. O sublime precisa ser simples [*einfältig*], o belo pode ser adornado e amaneirado.” (KANT, 1993, p.22). Seguindo para a *Crítica do juízo*, que é a obra estudada mais a fundo nesta pesquisa, perceberemos que após vinte e seis anos o nosso autor mantém a maioria das suas ideias iniciais, acrescentando, porém, uma vastidão de novos elementos e uma abordagem distinta do psicofisiologismo característico às *Observações*, por sua vez em continuidade com a perspectiva empirista de Edmund Burke.

No início do segundo livro, *Analítica do sublime*, Kant anuncia que apresentará notáveis diferenças sobre o belo e o sublime, diferenças essas que segundo ele saltam aos olhos. O belo da natureza, conforme o autor, diz respeito à forma do objeto (consiste na limitação), enquanto que o sublime pode ser encontrado também em um objeto sem forma (consiste na ilimitação). Com isso ele quer dizer que o belo pode ser assumido, ou pelo menos parece poder ser, com uma exposição de um conceito que no entendimento é indeterminado (já que não se trata de um juízo determinante), tendo a sua satisfação ligada à *qualidade*, já o sublime, se exprime num conceito indeterminado da razão, sendo ligado à *quantidade*. Ou seja:

Enquanto esta (o belo) traz diretamente consigo um sentimento de estimulação da vida e, portanto, pode ser associada a atrativos e // a uma imaginação que joga, aquela (o sentimento do sublime) é um prazer que surge apenas indiretamente, a saber, sendo engendrado pelo sentimento de uma inibição momentânea das forças vitais e do forte transbordamento das mesmas que a ela se segue imediatamente; e não parecendo ser, portanto, enquanto emoção, um jogo, mas antes algo sério com que a imaginação se ocupa. Por isso ela também não pode ser associada a atrativos; e, na medida em que a mente não é apenas atraída pelo objeto, mas também, alternadamente, sempre repelida por ele, a satisfação com o sublime não contém tanto um prazer positivo, mas antes admiração ou respeito, isto é, um prazer que merece ser denominado negativo.” (KANT, 2016, p. 141).

Em outro momento Kant acrescenta:

– O *belo*, em contrapartida, requer a representação de uma certa *qualidade* do objeto, a qual também pode ser compreendida e submetida a conceitos (ainda

que isto não se faça no juízo estético). – O *sublime* consiste tão somente na *relação* // em que o elemento sensível na representação da natureza é considerado apto a um possível uso suprassensível. (KANT, 2016, p.163-164).

O professor e filósofo Pablo Oyarzún nos ajudará com uma primeira impressão sobre essas diferenças, pois a sua extensa pesquisa acerca do sublime tem uma abordagem importante para uma distinção do belo e do sublime em Kant. Diz ele:

Em consequência, a primeira diferença fundamental entre o belo e o sublime deve estabelecer-se no processo de reflexão que está na base dos respectivos juízos. Se o referido processo consiste no juízo da beleza com o jogo da imaginação e entendimento, no sublime resulta na tensão entre a primeira e a *razão*, como faculdade de pensamento da totalidade e do incondicionado. A segunda diferença determina o prazer do sublime. Kant reconhece que a complacência proporciona o belo à direta promoção do sentimento vital e, por isso mesmo, uma positiva relação com o objeto ao qual se rende homenagem com o juízo correspondente, cujo fundamento é a concordância da representação com o emprego harmônico das faculdades. Em contrapartida, o prazer no sublime é indireto, na medida em que nasce de uma veemente efusão das forças vitais que seguem imediatamente ao sentimento de uma inibição momentânea. (OYARZUN, 2010, pp.91-92, tradução nossa).

Kant prossegue seu pensamento dizendo que a diferença mais importante, pelo menos internamente, do sublime em relação ao belo é que, se considerarmos o sublime somente em relação aos objetos naturais, pois na arte, por conta das condições de concordância na natureza ele é sempre limitado, despertará em nós um sentimento na pura e simples apreensão e sem a necessidade de um raciocínio e, mesmo sendo, quanto à forma, inadequado à nossa faculdade de exposição, talvez uma violência para a nossa imaginação, será julgado sublime. A beleza natural, por sua vez, sendo autossuficiente, traz já em sua forma o que chamamos finalidade (ainda que configurada como uma “finalidade sem fim”), assim, o objeto se relaciona com a nossa faculdade de julgar como que de maneira natural, ou predeterminada, tornando-se então um objeto de satisfação. Ou seja: “Para o belo da natureza temos de procurar um fundamento fora de nós, ao passo que para o sublime só temos de procurá-lo em nós e no modo de pensar que introduz sublimidade na representação da natureza.” (KANT, 2016, pp.142-143). Kant segue com o seguinte pensamento:

A mente se sente *movida* pela representação do sublime na natureza, ao passo que no juízo estético sobre o belo da natureza ela está em *tranquila* contemplação. Tal movimento pode ser comparado (sobretudo em seu começo) a uma vibração, isto é, a uma veloz alternância de repulsão e atração pelo mesmo objeto. (KANT, 2016, p.155).

Além disso, Kant afirma que, assim como nós julgamos aqueles que não compreendem como belo, o que nós assim o consideramos, por falta de *gosto*, do mesmo modo devemos acusar quem não compreende o mesmo que nós como sublime, como sendo uma pessoa que não tem *sentimento*. Ou seja, o autor deixa claro que o belo está sempre ligado ao julgamento de gosto, enquanto que o sublime é aquilo que apraz a partir do sentimento. Quanto a isso podemos complementar com o pensamento do filósofo Roger Scruton: “A paisagem bela nos incita ao juízo de gosto, ao passo que a visão do sublime nos convida a outro tipo de julgamento, no qual medimos a nós mesmos à luz da infinidade assombrosa do mundo e tomamos consciência de nossa finitude e fragilidade.” (SCRUTON, 2013, p.82). Também a respeito do belo e do sublime, o filósofo francês Marc Jimenez destaca:

Todavia, a experiência do sublime é mais perturbadora. O belo é apenas o símbolo do bem. Quanto ao sublime, ele nos deixa entrever a ideia de infinito e, portanto, a de liberdade. A liberdade, de fato, é total ou ela não é. O belo está ligado à concordância de nossas faculdades, o sublime pode ser disforme, informe, caótico. Prazer para um, dor e prazer para o outro. (JIMENEZ, 1999, p.144).

Quanto a essas diferenças, percebemos que o pensamento do nosso autor tem alguma inspiração, especialmente no que tange ao sublime, nos escritos de Edmundo Burke, filósofo irlandês lido por Kant. Burke afirma:

Pois os objetos sublimes possuem dimensões muito grandes, ao passo que os belos são comparativamente pequenos; a beleza deve ser lisa e polida; o grandioso, áspero e rústico; a beleza deve evitar a linha reta e, contudo, fazê-lo imperceptivelmente; o grandioso, em muitos casos, condiz com a linha reta e, no entanto, quando dela se desvia, é de um modo bem acentuado; a obscuridade é inimiga da beleza; as trevas e as sombras são essenciais ao grandioso; a beleza deve ser leve e delicada; o grandioso requer a solidez e até mesmo as grandes massas compactas. (BURKE, 2013, p.155).

Concluimos esse primeiro apanhado com as definições finais que Kant nos oferece em sua *Crítica do juízo*, na qual diz: “*Belo* é aquilo que apraz no simples julgamento (e não, portanto, através da sensação do sentido a partir de um conceito do entendimento). Daqui se segue por si que ele tem de aprazer sem qualquer interesse.” (KANT, 2016, p.164). E segue afirmando: “*Sublime* é aquilo que apraz imediatamente por meio de sua resistência ao interesse dos sentidos.” (KANT, 2016, p.164).

CONCLUSÃO

Após investigar todo esse elenco de informações de fundamental importância para a nossa pesquisa, como a revisão de conceitos nas obras anteriores à estudada, a análise desses conceitos fundamentais com a intenção de entender melhor as categorias estéticas e de ponderarmos acerca do pensamento do autor examinado e de seus comentadores e críticos, entendemos que o belo e o sublime se aproximam sim em alguns aspectos, pois a comoção produzida pelas duas categorias é agradável, as duas aprazem por si próprias e ambas procedem de um juízo de reflexão.

No entanto, quando analisamos as distinções chegamos a um maior número delas, podemos dizer então que o belo e o sublime são de ordens diferentes pois, o belo na natureza tem forma (limitado) enquanto o sublime é sem forma (ilimitado). Enquanto o sublime é tão somente relação e envolve uma interação entre a imaginação e a razão, o belo é fruto de um livre jogo entre a imaginação e o entendimento e requer uma representação da *qualidade*. Assim, poderíamos seguir com outras tantas distinções, mas o que nos interessa aqui, não é tão somente apresentar proximidades e distinções, senão encontrar a possibilidade de continuidade ou descontinuidade entre uma categoria e outra.

Portanto, concluímos que não é possível pensar uma continuidade, isto é, uma diferença meramente de grau entre o belo e o sublime na *Crítica da faculdade de julgar* de Kant, mas sim uma descontinuidade, ou seja, não há uma evolução gradativa entre uma categoria e outra como pensam outros filósofos que tematizaram tais categorias, mas sim uma distinção ou uma independência, isto é, uma diferença de espécie. Em outras palavras, o *belo* é belo e o *sublime* é sublime, e cada uma dessas categorias apraz à sua maneira, gerando diferentes modalidades de prazeres e requisitando particulares faculdades cognitivas.

REFERÊNCIAS

BURKE, Edmund. *Uma investigação filosófica sobre a origem de nossas ideias do sublime e do belo*. Tradução, apresentação, notas: Enid Abreu Dobránszky. 2.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

CAYGIL, Howard. *Dicionário Kant*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

DUARTE, Rodrigo. (Org.) *O belo autônomo: textos clássicos de estética*. Belo Horizonte: UFMG, 1997.

_____. *Belo, sublime e Kant*. Belo Horizonte: UFMG, 1998. (Coleção Humanitas).

ESTRADA HERRERO, David. *Estética*. Barcelona: Editorial Herder, 1988.

FERRY, Luc. *Kant: uma leitura das três "Críticas"*. Tradução: Karina Jannini. 3.ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2012.

GINSBORG, Hannah. *Kant's Aesthetics and Teleology*. Stanford: Stanford University, 2014. Disponível em: < <http://plato.stanford.edu/archives/fall2014/entries/kant-aesthetics/> >. Acesso em: 10 set. 2019.

JIMENEZ, Marc. *O que é estética?*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1999. (Coleção Focus 3).

KANT, Immanuel. *Observações sobre o sentimento do belo e do sublime*. Tradução: Vinícius de Figueiredo. Campinas: Papirus, 1993.

_____. *Crítica da razão pura*. Petrópolis: Editora Vozes e Editora Universitária São Francisco, 2012. (Coleção: Pensamento Humano).

_____. *Crítica da razão prática*. Petrópolis: Editora Vozes e Editora Universitária São Francisco, 2016. (Coleção: Pensamento Humano).

_____. *Crítica da faculdade de julgar*. Petrópolis: Editora Vozes e Editora Universitária São Francisco, 2016. (Coleção: Pensamento Humano).

OYARZÚN, Pablo. "Categorías estéticas". In: XIRAU, Ramón e SOBREVILLA, David (ed.). *Estética*. Madri: Trotta, 2003. (Enciclopedia Iberoamericana de Filosofía).

_____. *Razón del éxtasis: Estudios sobre lo sublime de Pseudo-Longino a Hegel*. 1ª ed. Santiago de Chile: Universitaria, 2010.

ROSENFELD, Kathrin. *Estética*. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editora LTDA, 2009. (Coleção: Passo-a-Passo).

SCRUTON, Roger. *Estética da arquitetura*. Lisboa: Edições 70 Lda, 2010.

_____. *Beleza*. São Paulo: É realizações, 2013.